



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**ATA DO DIA 22 DE ABRIL DE 2025**

### **5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos**

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 9h, na sala B do edifício da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, reuniram-se os membros da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS), para a quinta reunião ordinária. A reunião foi presidida pela Presidente Suplente Patrícia Rezende, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs/Secadi/MEC) e acompanhada pela Secretária Executiva Marisa Dias Lima, Coordenadora-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior (CGBS/Dipebs/Secadi/MEC) e Bianca Ribeiro Pontin, Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado (CGAES/Dipebs/Secadi/MEC). Estavam presentes os representantes das entidades: Patrícia Rezende, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI; Miriam Valesca Ferreira, da Secretaria de Educação Básica - SEB; Sueli da Silva da Secretaria de Educação Superior – SESu; Sueli Fernandes, da Associação Brasileira de Linguística - Abralin; Carla Brum, da Associação de Crianças e Adolescentes Surdos RS – ACAS; Victor Hugo Sepúlveda da Costa, da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos - CBDS; Gabriel Franca, da Coordenadoria Nacional de Jovens Surdos – CNJS; Antônio Campos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis Nacional; Pâmela Matos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis Norte; Shirley Vilhalva, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis Centro-Oeste; Daltro Roque, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis Sul; Mariana Campos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis Sudeste; Magno Prates, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis Nordeste; Cláudia Sofia Indalécio Pereira, do Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial; Rosely Lucas, do Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos; Priscila Mara Ventura, da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBFa; Marcelo de Amorim, da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils; Celi Correa, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação- FONCEDE; Ana Regina e Souza Campello, do Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos - CIACS; Guilherme Lourenço, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL; Madalena Klein, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED; Wesley Nascimento Santos, da União Nacional dos Estudantes – UNE. Estavam ausentes os representantes das seguintes entidades: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec; Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - Sase; Fórum Nacional de Educação - FNE; Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. Estavam presentes, ainda, o relator do eixo 1, Weberson Moraes, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); e a colaboradora do eixo 3, Sandra Patrícia de Faria Nascimento, da Universidade de Brasília (UnB). Por fim, também estavam presentes os profissionais intérpretes de Libras e guias-intérpretes. Após o registro, a presidente suplente Patrícia Rezende apresentou a equipe Dipebs e fez alguns informes gerais, a saber: (i) lembrete aos membros sobre envio dos comprovantes de passagens; (ii) apresentação do *site* do MEC (aba específica da CNEBS) com acessibilidade em Libras, contendo as atas das reuniões e legislações da comissão; e (iii) nova estruturação das atas, mais sucintas e com tradução em Libras. Em seguida, foi realizada a aprovação de novos pontos de pauta na reunião. O ponto discutido foi a necessidade de gravação das reuniões da comissão. Os representantes da Feneis

ênfâtizaram a importância desses registros, uma vez que são fundamentais para a garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda. A presidente informou que essa prática não é comum nas comissões da Secadi (MEC) e há custos envolvidos para implementar a proposta que deve ser aprovada pelo comitê de eventos. Mariana Campos (Feneis Sudeste), informou que a Feneis será responsável por elaborar as orientações técnicas que justificam a necessidade em acordo com a especificidade da CNEBS, no entanto, pediu colaboração das demais entidades representantes. Findado o tema, a presidente suplente Patrícia Rezende iniciou a apresentação das ações desenvolvidas pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs) e suas coordenações em 2024 e 2025. Em seguida, passou a palavra à Coordenadora-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior (CGBS/Dipebs/Secadi/MEC), Marisa Lima, que fez sua explanação sobre as ações da CGBS. A coordenadora informou que, sobre as ações de 2025, ainda aguarda descentralização dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Falou sobre o compromisso com projetos voltados a boas práticas na educação bilíngue de surdos, iniciados em 2024 e com previsão de continuidade para 2025. Abordou os editais de formação de professores promovidos pela CAPES, em parceria com o MEC, voltados à Educação Bilíngue de Surdos: Parfor Equidade e Universidade Aberta do Brasil (UAB). A coordenadora citou o programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Por fim, a coordenadora ênfâtizou a importância da pesquisa de Mapeamento da Educação Bilíngue de Surdos (Mapebs), em parceria com 6 universidades. Destacou que é necessário garantir orçamento para seguir com os próximos ciclos da pesquisa em 2025. Finalizada a apresentação da coordenadora, a presidente suplente Patrícia Rezende passou a fala para a Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado (CGAES/Dipebs/Secadi/MEC), Bianca Pontin, que fez sua explanação sobre as ações da CGAES: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Equidade, que se subdivide em PDDE SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) e PDDE Diversidade; e Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que é regido, na Secadi (MEC), pela Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA) com colaboração da Dipebs. Bianca Pontin apresentou ainda o Programa Escola em Tempo Integral (PETI), regido pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), que vem convidando as partes para inserção nesse programa. Destacou que a Dipebs tem papel importante para a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos dentro do programa. Sueli Fernandes (Abralin) complementou que sem diagnóstico não há previsão de ações e orçamentos. A representante fez um apelo à diretora Patrícia, solicitando atenção às questões orçamentárias necessárias para continuidade da pesquisa de Mapeamento da Educação Bilíngue de Surdos (Mapebs). Finalizada essa temática, a diretora Patrícia Rezende apresentou as ações da Dipebs, com foco nos Projetos de Lei (PL) e na Lei de Acesso à Informação (LAI), que foram submetidos à apreciação da diretoria. Em seguida, a coordenadora Marisa Lima falou sobre a data da próxima reunião extraordinária, que seria provavelmente em junho, de forma virtual. Mariana Campos (Feneis Sudeste) ressaltou a importância da continuidade dos trabalhos do Mapebs. A presidente suplente Patrícia Rezende se comprometeu em levar a pauta de orçamento do Mapebs ao gabinete da Secadi (MEC). A reunião foi interrompida às 11h45, com previsão de retorno às 13:45h. No retorno, a diretora Patrícia Rezende solicitou que os eixos se reunissem (30 minutos) para alinhamento antes das apresentações. Terminado o período de alinhamento dos eixos, a presidente suplente Patrícia Rezende passou a fala para Alliny Andrade e Clissineide Rodrigues, respectivamente, diretora da Escola Integral Bilíngue Libras-Português do Plano Piloto e da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga, que apresentaram os aspectos pedagógicos e gerenciais das instituições. Concluídas as apresentações, foi aberta a rodada de perguntas. Na ocasião, as seguintes temáticas foram discutidas: (i) Banca de avaliação de professores; (ii) Formação dos profissionais; (iii) Aprovação de candidatos surdos nos processos de seleção de professores; (iv) Transporte escolar; (v) Quantitativo de alunos por escola; (vi) Relação família-escola; e (vii) Atendimento Educacional Especializado (AEE). Concluída essa etapa, foi realizado um breve intervalo, com retorno às 16h30. A retomada após o intervalo se iniciou com a apresentação dos trabalhos relacionados ao **Eixo 1 - Coordenação Federativa e Governança Executiva** pelo relator Weberson de Oliveira (CONSED). O relator informou que a construção da Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (PNEBS) deve ser guiada por um documento abrangente, que considere as especificidades das comunidades surdas brasileiras. Ressaltou que é necessário estabelecer o diálogo com movimentos sociais e entidades representativas para legitimar e efetivar a implementação da PNEBS. Citou que a estrutura de governança da PNEBS deve articular três níveis: a instância governamental, representada pela Dipebs/MEC, responsável pela coordenação; a instância deliberativa,

que é o CNE; e a instância consultiva, que é a própria CNEBS. Além disso, frisou ser importante fortalecer a representatividade de pessoas surdas nos espaços de tomada de decisão. O relator finalizou a fala ressaltando que deve ser assegurada a inserção da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos nos mecanismos de financiamento da educação básica — nesse último ponto, o relator afirmou que é necessário desvincular a Educação Bilíngue de Surdos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sob responsabilidade da modalidade de Educação Especial, garantindo que o estudante receba recursos financeiros adequados, considerando o custo específico dessa modalidade, incluindo o duplo valor devido à sua natureza bilíngue. Finalizada a apresentação do eixo, abriu-se o momento para discussão. Foram abordados os seguintes pontos: (i) inserção das escolas-polo no documento do eixo 1, (ii) importância de assegurar espaços de/para discussões sobre a Educação Bilíngue de Surdos nas conferências interfederativas; e (iii) proposta de criação de um comitê de gestão da Educação Bilíngue de Surdos nos estados e municípios, por meio de edital. Após essas falas, iniciou-se a apresentação relativa ao **Eixo 2 - Diretrizes**. Antes de passar a palavra aos relatores, a Presidente Suplente Patrícia Rezende apresentou a análise comparativa dos documentos, redigidos pelo CNE e pela Feneis, sobre as Diretrizes Nacionais Orientadoras da Educação Bilíngue de Surdos. Os documentos foram analisados por ela e pelo representante Guilherme Lourenço (ANPOLL), que atua como consultor da UNESCO na DIPEBS. Notou-se que o CNE incorporou em seu documento, as propostas da Feneis, com os seguintes acréscimos: (i) Contextualização histórica e legal (ii) Articulação da sociedade civil e educacional com o Governo Federal (iii) Marcos Legais e Normativos. Portanto, o documento da FENEIS foi amplamente contemplado, com as devidas adequações propostas. Recomendou-se, ainda, seguir a estrutura de outras diretrizes já propostas, como as voltadas para as populações indígenas e quilombolas, e restringir inicialmente a aplicação à Educação Básica. Após essa introdução, a relatora Mariana Campos (Feneis Sudeste) iniciou a apresentação informando que o documento criado pela FENEIS foi aproveitado e reestruturado. Apresentou alguns pontos que devem ser inseridos no documento (i) a importância de contemplar o público surdo em sua interseccionalidade (indígena, surdocego, autista etc); (ii) a importância das nomenclaturas adequadas; (iii) a colaboração entre estado e município para contemplar toda a educação básica dentro da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. Após essa fala, foi aberta a discussão acerca da temática, em que foram abordados os seguintes tópicos: (i) parceria entre estado e município para a gestão da escola bilíngue de surdos, ressaltando a necessidade de dar flexibilidade para atuação dos municípios (nesse sentido, foi sugerido usar como base o Plano Nacional de Educação - PNE 2014); (ii) função do atendimento educacional especializado (AEE) na estrutura da escola bilíngue; (iii) alfabetização - foi solicitado que seja avaliado, antes de incluir na diretrizes, o impacto de classes multisseriadas nessa etapa (1º e 2º ano em que os estudantes estão em processo de alfabetização), pois pode prejudicar o desempenho e os resultados dos estudantes alocados em uma turma com alunos dos anos finais do fundamental 1 (3º, 4º e 5º anos); (iv) papel dos CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez) na Educação Bilíngue de Surdos. Com relação a esse último ponto, o representante Gabriel Couto (CNJS) sugeriu a mudança do nome e atualização do documento do CAS, que data do ano de 2005. A representante Sueli Fernandes (Abralín) explicou que o CAS assumiu características diferentes em cada estado e, em alguns contextos, esse centro se torna fundamental para a implementação da educação bilíngue de surdos, pois apoia a criação de escolas bilíngues, realiza a formação continuada e desenvolve pesquisas e material didático bilíngue para surdos. Gabriel Couto explicou que não se deve confundir o CAS com o Centro de Inclusão, que tem propostas conjuntas com instituições como CAP e CREI (MG), que são centros voltados para autistas. Cada perspectiva é diferente, e o CAS deve continuar independente, contribuindo para a implantação da modalidade de EBS, conforme orienta a Lei 14.191/2021. Por isso, propõe-se a atualização e complementação das diretrizes do documento "Programa de Educação de Surdos" (BRASIL; MEC, 2005), em atenção à modalidade de educação bilíngue de surdos e seu público-alvo. Outro ponto referente ao CAS refere-se ao eixo do Grupo de Trabalho que deve contemplar essa temática. Foi aberta uma discussão para saber em qual eixo o CAS deve estar presente: eixo 2 - Diretrizes ou eixo 5 - Formação, uma vez que o CAS atua com formação continuada. Ficou decidido que o assunto seria retomado em outro momento. Por fim, a presidente Patrícia Rezende informou que levaria o documento das Diretrizes para alinhar com as propostas de cada eixo, juntamente com a equipe da Dipebs. Após as discussões, a Presidente Suplente Patrícia Rezende finalizou a reunião, que foi encerrada às 18h42.

**5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 9h, na sala B do edifício da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), localizada no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, reuniram-se os membros da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS), para a quinta reunião ordinária. A reunião foi presidida pela Presidente Suplente Patrícia Rezende, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos e acompanhada pela Secretária Executiva Marisa Dias Lima, Coordenadora-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior (CGBS/Dipebs/Secadi/MEC) e Bianca Ribeiro Pontin, Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado (CGAES/Dipebs/Secadi/MEC). Patrícia Rezende passou a palavra à Mariana Campos (Feneis – Sudeste) e Antônio Campos (Feneis Nacional), que solicitaram à presidente que fosse dada atenção especial ao documento original das Diretrizes elaborado pela Feneis, quando for realizada sua análise pela Dipebs e pelo gabinete da Secadi. Ambos destacaram que o texto e as sugestões elaboradas pelos membros do Eixo 2 (Diretrizes) deveriam ser considerados, além de ressaltarem a necessidade de total cuidado com o documento escrito pela relatora do Conselho Nacional de Educação, que contém certos equívocos e discurso favorável à educação inclusiva, desconsiderando a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. Em seguida, a presidente Patrícia Rezende passou a palavra à relatora Rosely Lucas (Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos) e à colaboradora Sandra Patrícia (UnB), que apresentaram as contribuições do **Eixo 3: Currículo e Material Didático Pedagógico na Educação Bilíngue de Surdos**. Reforçaram a importância de divulgação oficial dos Referenciais Curriculares para o ensino de Português como segunda língua e para o ensino de Libras como primeira língua, bem como da necessidade de orçamento para executar as produções. Informaram que foram atualizados os documentos sobre os referenciais curriculares para o ensino de Libras, tendo como referência a BNCC (Base Nacional Curricular Comum), respeitando a primeira língua (L1) e a segunda língua (L2). As reladoras reforçaram, ainda, que devem ser contempladas identidades surdas e temas transversais no currículo. A presidente Patrícia explicou que a obra, composta por cinco volumes dos *Referenciais para o Ensino de Língua Brasileira de Sinais como Primeira Língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior*, foi inicialmente elaborada por professores e pesquisadores da área de Educação Bilíngue de Surdos para a DIPEBS, nos anos de 2020 e 2021. Contudo, não foi publicada pelo Ministério da Educação à época, em razão das referências e citações a Paulo Freire. Diante disso, os autores e as autoras buscaram a Editora Arara Azul, que realizou a publicação no formato de e-books. Entretanto, a republicação da obra pelo MEC é possível, uma vez que a editora, por meio de comunicado enviado por e-mail à Diretora Patrícia e à Secretária Zara, cedeu os direitos autorais ao Ministério. Portanto, podemos formalizar a proposta de publicação junto ao Comitê de Publicações do MEC. Concluída a apresentação, foi aberto o debate, momento em que foram abordados os seguintes pontos: (i) preocupação com a BNCC que não apresenta temática de Libras L1 e português L2 – nesse ponto, Sandra Patrícia (UnB) explicou que a BNCC é apenas uma base, que está sendo seguida e adaptada conforme a necessidade; (ii) importância de que o material alcance todos os municípios, considerando que alguns não têm acesso à *internet*; (iii) adequação de termos: ensino ‘em Libras’ (e não ‘de Libras’) para se referir às disciplinas em que Libras funciona como a língua de ensino; (iv) atenção às questões plurilíngues e interculturais do currículo, dentre outros marcadores sociais — não focar apenas no projeto linguístico. Em seguida, a coordenadora Marisa Lima lembrou que o currículo da alfabetização ainda não abrange a questão da primeira e segunda línguas. Marisa Lima informou ainda que é preciso acompanhar o desenho universal (material específico para surdos com deficiências associadas), pois pode ser perigosa essa especificação. Patrícia Rezende informou que o texto ressalta o que é material didático para todo público-alvo da educação bilíngue de surdos (PAEBS). Cláudia Sofia (Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial) enfatizou a importância de o material contemplar o estudante surdocego. Finalizada a discussão, foi iniciada a apresentação do **Eixo 4: Produção de conhecimento e monitoramento**, realizada pelos relatores Madalena Klein (Anped) e Daltro Roque (Feneis-Sul). Daltro Roque enfatizou que o eixo 4 é provisório, e possui uma interseccionalidade com os demais eixos. Madalena Klein apresentou os objetivos e indicadores do eixo 4. Madalena retomou, ainda, a discussão da importância da continuidade da pesquisa Mapebs para a criação de uma base de dados

nacional acessível a todos os públicos. Reforçou que o Mapebs objetiva melhorar a qualidade das avaliações e diagnóstico da Educação Bilíngue de Surdos, a fim de atender a especificidade junto a gestores, professores etc. O resultado da pesquisa pretende oferecer instrumentos eficazes para o monitoramento e gestão da modalidade. Em seguida é aberto o período de discussões sobre o eixo 4, momento em que foram abordados os seguintes assuntos: (i) critérios de avaliação de aprendizagem voltados a estudantes surdos — a coordenadora Marisa Lima apresentou um modelo de produto estruturado em gráficos e sugeriu que os trabalhos da pesquisa Mapebs se inspirassem nesse modelo de planilha BI; (ii) ingresso no ensino superior — as provas de Enem e vestibular precisam ser adaptadas às pessoas surdas; e (iii) formulários da pesquisa Mapebs: é necessário partir do que já existe no Inep, observando pontos como fluência na língua. A Presidente Suplente Patrícia Rezende finalizou a apresentação do eixo 4, destacando a importância de estabelecer parcerias com as demais pastas e ministérios. Após intervalo para almoço, a reunião foi retomada às 13h45, com a apresentação do **Eixo 5 - Formação**, representado por Ana Regina (CIACS) e Guilherme Lourenço (ANPOLL). Guilherme (ANPOLL) apresentou os objetivos traçados para o eixo 5, abordando os indicadores: 1. Formação de docentes; 2. Formação de gestores; 3. Transversalidade na formação; 4. Formação voltada para a diversidade; e 5. Formação para indígenas surdos. Em seguida foi aberto o período de discussões sobre o eixo 5, momento em que foram abordados os seguintes assuntos: (i) indicadores de formação geral e de docentes; (ii) formação de professores bilíngues formados nas áreas específicas e com formação em Letras Libras ou Pedagogia Bilíngue; (iii) formação de gestores com foco pedagógico, além do administrativo; (iv) preservação e fortalecimento do curso de Letras Libras; (v) defasagem da Pedagogia Bilíngue; (vi) relevância da formação de tradutores e intérpretes, mas que seja tratada separadamente; (vii) proposição de que temas específicos, como a Línguas Indígenas de Sinais (LIS), sejam tratados com protagonismo de seus próprios atores; (viii) adoção de princípios formativos defendidos pela comunidade surda para orientar programas e políticas; (ix) valorização da Libras como L1, o respeito às identidades linguísticas e o perfil dos profissionais da educação bilíngue; (x) sistema de avaliação para cursos em Libras, considerando especificidades e etnias; (xi) cursos de segunda licenciatura mais curtos como complementares às formações já existentes; e (xii) priorização da qualidade da formação em relação ao tempo de curso, destacando-se também a importância da avaliação. Guilherme Lourenço (ANPOLL) finalizou a apresentação do eixo 5 destacando que avaliação é um tema preocupante em outras áreas também, especialmente nas licenciaturas em geral. Ressaltou a importância da oferta do Letras-Libras dentro da modalidade e esclareceu que o importante é a qualidade da formação, não o tempo de duração do curso. Em seguida a Presidente Suplente Patrícia Rezende passou a fala para o representante suplente, Alex Sandro (Febrapils), realizar a apresentação do **Eixo 6 - Valorização, reconhecimento e disseminação de práticas exitosas**. Alex Sandro (Febrapils) destacou preocupação com interpretações meritocráticas dentro do eixo, pois, nesse viés, há discussões que envolvem aspectos de desigualdade. Alex Sandro (Febrapils) apresentou os objetivos do eixo, as estratégias e as ações pensadas, as quais envolvem: 1. aquisição da língua de sinais na idade certa; 2. competência leitora da língua portuguesa como L2 na idade certa; 3. desenvolvimento em educação, direitos humanos, artes e esportes; 4. reconhecimento e premiação de gestores públicos (sugeriu criação de selo de práticas exitosas); e 5. valorização do protagonismo e trajetórias acadêmicas, científicas e profissionais da comunidade surda. Finalizada a apresentação do eixo, foram abordados os seguintes assuntos: (i) contribuição nas ações relacionadas ao esporte, com destaque para a inclusão de crianças surdas na Lei Bolsa Atleta e a consideração de que a gestão dessas ações é responsabilidade dos ministérios; (ii) preocupações sobre premiações, enfatizando a necessidade de critérios claros para evitar viés ideológico ou político, e sugestões para focar o reconhecimento nas boas práticas, sem necessariamente envolver prêmios financeiros; (iii) a importância do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação de surdos, bem como estímulo e valorização de práticas educacionais eficazes; e (iv) proposta de criação de um selo institucional como forma de incentivo e divisão de responsabilidades. Findada a apresentação do Eixo 6, a presidente suplente Patrícia Rezende informou sobre o evento da Lei de Libras, que seria realizado no dia seguinte, e convidou a todos que pudessem permanecer após a reunião em Brasília para participar. Durante o encerramento, foi informado que a Dipebs irá organizar um cronograma para apresentar as demandas levantadas na CNEBS e que, inicialmente, a Secadi fará a validação do material de cada eixo, e, posteriormente, o material final será apresentado. Foi sugerido que os representantes de cada eixo entrem em contato com os relatores dos demais eixos para

compartilhar os materiais produzidos. Patrícia reforçou a necessidade de finalizar os trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) no prazo de 180 dias, com encerramento previsto para meados de julho de 2025. Informou, ainda, que encaminharia por e-mail o cronograma de entrega final dos trabalhos, prevendo o envio da versão preliminar das Diretrizes do Eixo 2 ainda no mês de maio. Ressaltou que esse material é fundamental para que a equipe da DIPEBS realize os ajustes técnicos necessários e dê os devidos encaminhamentos à consolidação da proposta das Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos na Educação Básica, a ser posteriormente encaminhada ao Conselho Nacional de Educação. Por fim, reforçou a importância do trabalho colaborativo entre a SEB e a Secadi em prol do fortalecimento da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às 16h30 e a Ata vai assinada por nós, Marisa Dias Lima e Bianca Ribeiro Pontin que secretariamos e transcrevemos e pela presidente suplente Patrícia Rezende, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Brasília/DF, 23 de abril de 2025.

Marisa Dias Lima

Secretária-Executiva da Comissão

Bianca Ribeiro Pontin

Secretária-Executiva da Comissão

Patrícia Luiza Ferreira Rezente

Presidente da Comissão - suplente



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Ribeiro Pontin, Coordenador(a)**, em 18/06/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Dias Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 01/07/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretor(a)**, em 01/07/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5856159** e o código CRC **16C65A38**.

